

OGA Brasil: a novidade para o aperfeiçoamento da democracia e da gestão descentralizada e participativa das águas



Angelo José Rodrigues
Lima

A gestão dos recursos hídricos brasileiros ganhou um marco definitivo com o estabelecimento de princípios, objetivos, instrumentos e a definição de um sistema de gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, a partir da promulgação da Lei Federal No. 9433/97 e da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Precedida por leis estaduais em algumas unidades da Federação, a Lei federal estabeleceu um sistema complexo e ousado, assentado na necessidade de intensa articulação entre diferentes esferas e políticas para a sua efetiva implementação.

Os anos iniciais de implementação da Política Nacional foram marcados por um processo coletivo de reflexão entre diversos atores e a necessidade identificada em monitorar e acompanhar a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Em 2005, ainda com poucos anos de implementação da Lei 9433/97, muitas dúvidas permeavam as conversas e os debates entre os diversos atores do Sistema sobre o monitoramento e fortalecimento do SINGREH.

A fim de aprofundar este debate, o WWF-Brasil junto com a Coordenação do Fórum Nacional de Comitês da época, organizou e realizou uma oficina propositiva que fazia a seguinte pergunta: “Como verificar se o Sistema está cumprindo o seu papel diante de sua finalidade?”

A oficina deu origem a publicação do documento “*Reflexões & Dicas para acompanhar a implementação do sistema de gestão dos recursos hídricos no Brasil*”, que apresentou dicas para acompanhar e monitorar o SINGREH.

Alguns anos depois, em 2012, quando todos os estados da Federação já haviam aprovados suas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos, o WWF Brasil por meio do Programa Água para a Vida em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e a contribuição de dezenas de atores do SINGREH produziram uma análise sobre a governança do Sistema de Recursos Hídricos. A produção dessa análise se deu com a realização de uma pesquisa bibliográfica e avaliação da legislação e documentos sobre a governança das políticas públicas da área da Saúde, Educação,

Palavras-chave: Gestão; Governança e Monitoramento

Segurança, Assistência Social e dos recursos hídricos.

Em relação à gestão dos recursos hídricos, a produção da avaliação se deu também com a realização de entrevistas com 37 atores da gestão dos recursos hídricos no Brasil, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e da setor privado. Os resultados desta análise foram apresentados em oficinas que marcaram a evolução e a consolidação da discussão sobre a governança das águas para os atores participantes desta rede.

Em abril de 2013, na cidade de São Paulo, o WWF-Brasil, também por meio do Programa Água para a Vida, realizou a oficina “*Construindo Indicadores de Governança das Águas do Brasil*”. O evento reuniu diversos atores da gestão de recursos hídricos para apresentar os resultados da pesquisa e a definição de indicadores de boa governança das águas.

Em setembro de 2013 foi realizada outra oficina na sede da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, reunindo novamente atores estratégicos de diferentes instâncias do SINGREH. Esta oficina propôs uma gestão baseada em metas e indicadores, além de um sistema de monitoramento que contemple como pontos centrais o que se quer acompanhar, as responsabilidades de quem irá fazê-lo e a utilização dos Instrumentos de Monitoramento.

O resultado destas Oficinas foi a construção de uma proposta inicial de indicadores de governança das águas e apresentada na publicação “*Governança dos Recursos Hídricos – propostas de indicadores para acompanhar sua implementação*”.

Quando da discussão dos resultados deste trabalho com vários atores da gestão das águas no Brasil, o cientista político – Fernando Abrucio, dizia “para além de construir indicadores de governança, é necessário construir um Sistema de Monitoramento da Governança”, resultado disso, nasce a proposta de construção do Observatório da Governança das Águas (OGA Brasil). Vale ressaltar que a partir de 2013, todos os atores participantes da rede do OGA Brasil, foram convidados a aderir ao processo de construção do OGA Brasil para colaborar com os debates.

Mais uma vez, o WWF-Brasil realizou uma oficina em julho de 2014 para tratar da construção do Observatório. Essa oficina teve como objetivo a estruturação dos próximos passos da construção do Observatório de Governança das Águas e incluiu a organização de um núcleo de trabalho para elaborar o seu documento base. Este núcleo de trabalho elaborou uma pesquisa aplicada junto a 96 atores do SINGREH. Participaram da pesquisa representantes de 12 estados da Federação, sendo 43 atores do Poder Público, 36 da Sociedade Civil e 17 do Segmento Usuários. A pesquisa resultou na construção do Documento Base do Observatório de Governança das Águas, o qual reúne sua missão, princípios, objetivos e atividades.

A minuta do **Documento Base** foi apresentada em uma oficina realizada nos dias 28 e 29 de maio de 2015 na FGV-SP, com a significativa partici-



Figura 1. Reflexões e Dicas. https://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/publicacoes_aguas/?4001



Figura 2. Governança dos recursos hídricos – Proposta de indicadores para acompanhar sua implementação. http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_fgv_governanca_dos_recursos_hidricos.pdf

pação de 70 atores da gestão de recursos hídricos, os quais validaram o Documento. (<https://observatoriomasaguas.org/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Observat%C3%B3rio-das-%C3%81guas-vfinal-1.pdf>)

A partir da construção do documento base, faltava ao OGA Brasil, a discussão e definição do seu modelo de governança. Novamente se recorreu a realização de Oficinas e a contratação de uma empresa para colaborar com a construção do modelo de governança. Neste contexto, destaca-se a oficina realizada pelo OGA durante o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos que aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro de 2015 em Brasília. Estiveram presentes no evento representantes de 21 estados e do Distrito Federal. A articulação prévia das instituições convidadas e por ter acontecido no âmbito da programação do Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos foram fatores que colaboraram para o alto quórum de instituições no evento e para a ampliação da base de instituições que são signatárias do Observatório, saltando de 40 para 76 instituições. Entre os principais itens da pauta do evento, foi discutida a necessidade de um maior planejamento para operar, financiar e gerir o Observatório para que este pudesse cumprir seus objetivos de forma efetiva.

Com recursos do WWF-Brasil, em abril de 2016, uma empresa foi contratada para elaborar a minuta do Plano de Negócio do Observatório de Governança

das Águas para apresentar propostas e definições sobre o modelo de governança e outros temas acerca da construção do Observatório. O Plano de Negócios teve uma ampla discussão na rede do OGA Brasil e, no dia 8 de julho de 2017, foi realizada uma Assembleia que aprovou o modelo de governança e definiu a estrutura da Secretaria Executiva do OGA Brasil.

Modelo de Governança do OGA Brasil

O modelo de governança do OGA Brasil (Figura 3) contempla uma estrutura de articulação e cooperação entre atores que regula as relações e processos de tomada de decisão dentro do Observatório e através das fronteiras do sistema de recursos hídricos brasileiro.

O Conselho Geral é composto por instituições do poder público, organizações da sociedade civil e setor privado, Comitês de Bacias, Órgãos Gestores, Secretarias de Estado e Nacional e por pesquisadores e pesquisadoras com a função de colaborar para o progresso do OGA e suas atividades, incluindo as deliberações cotidianas e anuais.

O Comitê Gestor pode ser formado por organizações da sociedade civil, reconhecidas como tal pela Lei das Águas 9.433, e organizações privadas não pertencentes à administração pública, sendo eleito na Assembleia Geral do OGA Brasil.

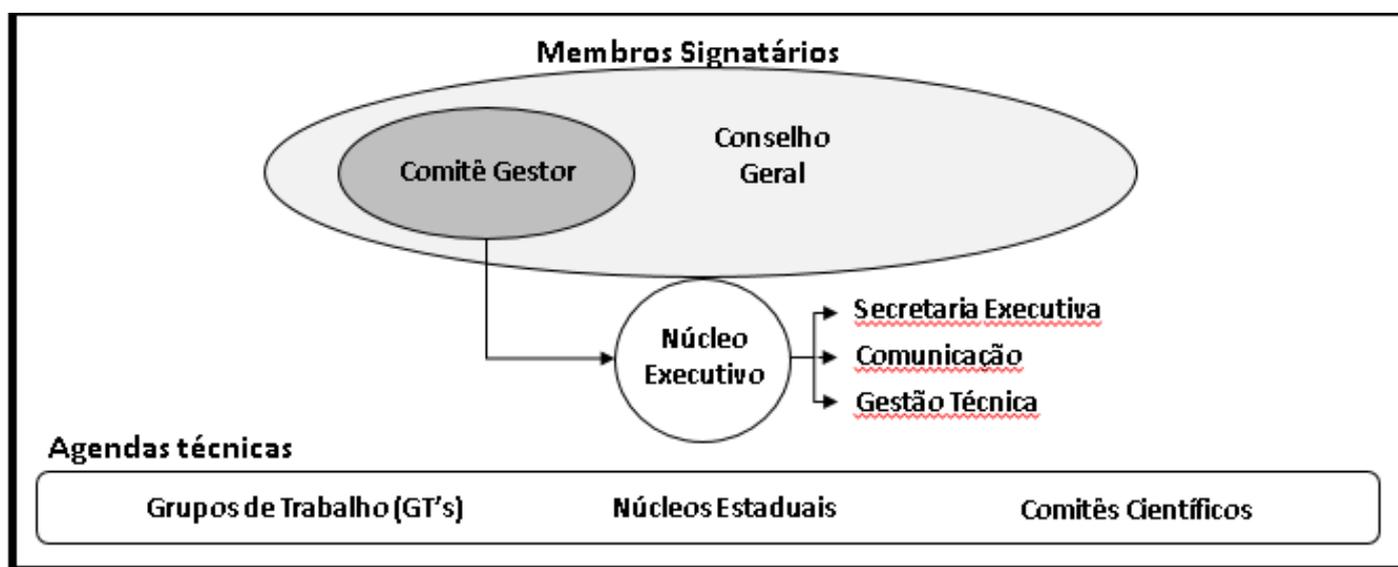


Figura 3. Modelo de Governança do OGA Brasil.

As instituições do poder público e Comitês de Bacias não podem participar do Comitê Gestor para que se garanta a autonomia e independência do OGA para a realização e análise dos resultados do monitoramento da governança.

O núcleo executivo é a estrutura responsável por operacionalizar a agenda estratégica do OGA e as orientações advindas do Comitê Gestor ou demais instâncias deliberativas. Tem importante papel nos posicionamentos do OGA frente à sociedade, no fomento da discussão e articulação dos atores internos e externos e no desenvolvimento de produtos técnicos.

No modelo de governança ainda estão previstas, a criação de grupos de trabalhos, núcleos estaduais para analisar a governança em cada estado da federação e a criação do comitê científico que têm um papel importante na articulação do trabalho do OGA Brasil com o que está sendo produzido na Academia em relação ao tema da governança.

Todo esse processo de construção do OGA resulta que atualmente, o OGA Brasil é uma rede multissetorial tendo 62 instituições do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil e 22 pesquisadores (as), que reconhecem a necessidade de monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e fortalecer a Governança das Águas no Brasil.

O Comitê Gestor do OGA-Brasil atualmente é composto pela Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS/SP), Instituto Portas Abertas (ES), Instituto Rios Brasil (AM), Instituto Trata Brasil, Nosso Vale Nossa Vida (RJ) e The Nature Conservancy (TNC).

Para cumprir a missão de monitorar a governança das Águas, o OGA construiu e lançou no final de 2019, o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas que trabalha com cinco dimensões (Figura 4) e 55 indicadores distribuídos entre elas.

O protocolo está sendo apresentado para as instâncias do SINGREH, sendo que até o momento 17 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (COGERH/CE) aderiram ao Protocolo, sendo que estes podem beneficiar cerca de 48 milhões de pessoas em bacias que são estratégicas para 22% do PIB nacional e para 14 Estados.

O OGA afirma que para o funcionamento da gestão descentralizada e participativa das águas é fundamental ter democracia e que monitorar a governança das águas é necessário tanto para o aperfeiçoamento da gestão, quanto para analisar a melhoria dos processos de tomada de decisão para garantir diversidade, representatividade e a consolidação da democracia na gestão das águas no país.



Figura 4. As 5 Dimensões do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas.

Referências

ALBARRACIN, Astrid Guerrero. Proposta Metodológica para Avaliar Governança de Água em nível de Bacias Hidrográficas na Colômbia: estudo de caso da bacia hidrográfica do Rio Tillavá – departamento de Meta. UFC.2017

ANA> Prueba Piloto de Indicadores de Los Principios de Gobernanza del Agua de La OCDE. Peru. 2017.

Construção e Análise de Indicadores. / Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. – Curitiba: [s.n.], 2010. 108 p.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP TECHNICAL COMMITTEE. Water Governance Indicators. Disponível em: <<http://www.pacificiwrn.org/rtag/RTAG%20/RTAG%20%20Meeting%20Documents/09-RTAG-2-Governance-Indicators.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

LIMA, A. J. R.; ABRUCIO, F. L. S., BEZERRA, F. C. Governança dos recursos hídricos: proposta de indicadores para acompanhar sua implementação. São Paulo: WWF – Brasil, FGV, 2014.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, Abr. / Jun. 2005.

OECD. Governança dos Recursos Hídricos no Brasil. Paris: OECD Publishing, 2015.

OCDE PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA DA ÁGUA. Princípios da OCDE para a Governança da Água. Paris: OECD Publishing, 2015.

OECD. OECD water governance indicators: a tentative proposal. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <http://www.riob.org/IMG/pdf/OECD_Water_Governance_Indicators_-_Tentative_proposal-2.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

Water Governance in OECD: A Multi-Level Approach, OECD Publishing, Paris. OECD 2011.

Site:

Plano de Negócios do OGA Brasil - <https://observatoriodasaguas.org/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Plano-de-Neg%C3%B3cios-OGA-Fase2-vers%C3%A3o-final.pdf>

